



A internacionalização das empreiteiras e a política externa brasileira durante a ditadura: o caso da Mendes Junior na Maurîtânia

*The internationalization of
construction companies and Brazilian
foreign policy during the dictatorship:
the case of Mendes Junior in Mauritania*

*La internacionalización de las
empresas constructoras y la política
exterior brasileña durante la dictadura:
el caso de Mendes Junior en Mauritania*

DOI: 10.21530/ci.v19n1.2024.1417

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.

Pedro Henrique Pedreira Campos¹

Nathan Morais Pinto da Silva²

Resumo

O artigo busca analisar a internacionalização das construtoras brasileiras durante a ditadura empresarial-militar e a sua relação com a política externa brasileira e com os interesses empresariais durante a ditadura. Utilizando fontes primárias empresariais e estatais, nos baseamos em marcos teóricos e metodológicos da concepção ampliada de Estado, oriundo das reflexões de Gramsci. No trabalho fazemos um estudo sobre o caso da Mendes Junior

1 Pós-doutor em História pela PUC-SP. Professor e chefe do Departamento de História (DHist) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). (phpcampos@yahoo.com.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9280-3649>.

2 Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). (nathan.morais@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6192-8158>.

Artigo submetido em 01/03/2024 e aprovado em 22/08/2024.





na Mauritânia. Concluímos notando o intenso imbricamento entre Estado e empresas privadas no período e o forte favorecimento proporcionado pelas políticas estatais e pela diplomacia em relação à atuação das companhias brasileiras no exterior.

Palavras-chave: história da política externa brasileira; ditadura empresarial-militar brasileira; internacionalização de empresas; empreiteiras; Mendes Junior.

Abstract

The article seeks to analyze the internationalization of Brazilian construction companies during the business-military dictatorship and its relationship with the country's foreign policy and business interests during the dictatorship. Employing business and state-derived primary sources, we draw on theoretical and methodological frameworks of expanded conception of the State, arising from the reflections of Gramsci. We study the case of Mendes Junior in Mauritania. We conclude by noting the intense overlap between the State and private companies in the period and the strong favor provided by state policies and diplomacy in relation to the activities of Brazilian companies abroad.

Keywords: history of Brazilian foreign policy; Brazilian business-military dictatorship; internationalization of companies; contractors; Mendes Junior.

Resumen

El artículo busca analizar la internacionalización de las constructoras brasileñas durante la dictadura empresarial-militar y su relación con la política exterior del país y los intereses empresariales durante la dictadura. Empleando fuentes primarias comerciales y estatales, nos basamos en marcos teóricos y metodológicos de concepción ampliada del Estado, surgida de las reflexiones de Gramsci. Estudiamos el caso de Mendes Junior en Mauritania. Concluimos observando la intensa superposición entre el Estado y empresas privadas en el período y el fuerte favor brindado por las políticas estatales y la diplomacia en relación con las actividades de las empresas brasileñas en el exterior.

Palabras-clave: historia de la política exterior brasileña; dictadura empresarial-militar brasileña; internacionalización de empresas; contratistas; Mendes Junior.





Introdução

A prática de proteção e projeção das empresas domésticas pelos Estados nacionais e por lideranças políticas é uma ação corrente e deliberada no sistema internacional capitalista no qual o Brasil está inserido. O favorecimento, defesa e suporte às atividades das companhias públicas e privadas no exterior por parte de agentes políticos e diplomáticos e organismos estatais é recorrente na história brasileira, seja durante governos progressistas ou conservadores, seja em tempos democráticos ou autoritários. Esse fenômeno ocorre desde que o processo de internacionalização das empresas — em particular as empreiteiras, pioneiras nesse processo — brasileiras teve início, no período da ditadura empresarial-militar que governou o país, quando um conjunto de medidas e políticas foi desenvolvida para potencializar a ação desses grupos econômicos no exterior.

O presente artigo versa sobre a relação entre a internacionalização das empresas brasileiras de construção e a política externa do país durante o período da ditadura. Para problematizar o imbricamento desta relação, analisamos detidamente o caso da atuação da Mendes Junior, a maior multinacional brasileira da engenharia daquele período, na Mauritânia, país africano detentor de reservas de petróleo que teve uma série de intervenções de infraestrutura realizadas pela empreiteira mineira no período. Nossa intenção é justamente discutir e tentar avançar na compreensão da complexa relação entre os interesses privados e a política externa brasileira durante a década de 1970. Para tal, utilizamos fontes empresariais e estatais, sobretudo do campo diplomático. Para proceder a abordagem do caso, utilizamos as reflexões e o conhecimento acumulado pela área da Análise da Política Externa (APE), partindo de uma concepção ampliada de Estado inspirada por Antonio Gramsci, compreendendo o mesmo em sua totalidade, ou seja, através da associação entre sociedade política — o Estado em sentido estrito — e sociedade civil.

Este artigo está dividido em três seções. Na primeira delas, procedemos uma breve reflexão teórica e metodológica, realizando um balanço e indicando a linha que adotaremos no artigo no que diz respeito à Análise da Política Externa (APE). Em seguida, realizamos uma contextualização histórica, abordando as linhas gerais e algumas interpretações sobre a política externa brasileira durante a ditadura, em particular com os países periféricos e produtores de petróleo. Abordamos nessa parte também o processo de transnacionalização das construtoras brasileiras naquele período. Por fim, tratamos do caso específico da atuação da empreiteira





Mendes Junior na Maurítânia, acessando documentos e informações acerca do processo que evidenciam uma relação complexa entre política externa e interesses da empresa. Percebemos ao final do processo uma política de intenso caráter pró-empresarial, com favorecimento e promoção da firma em suas atividades no país africano, respaldada na justificativa de defesa dos interesses nacionais e nas diretrizes de política econômica empregadas então.

Interesses econômicos e análise de política externa

Entendemos como Análise de Política Externa (APE) a sub-área das Relações Internacionais definida como “o estudo da conduta e da prática das relações entre atores distintos — principalmente Estados — no sistema internacional” (Alden e Aran 2017, 3, tradução nossa³). Os estudos identificados com a APE focam na investigação sobre os processos de tomada de decisão em política externa e as condições que os afetam, bem como os atores neles envolvidos e as fontes que os influenciam.

Uma grande parte dos trabalhos inseridos nesta sub-área, dentro e fora do Brasil, foca exclusivamente na análise das ações de atores estatais, como os chefes de Estado e suas características e motivações pessoais, além das interações destes com a burocracia estatal e outras instâncias governamentais. Principalmente no contexto brasileiro é recente o interesse e incorporação de atores não-estatais como organizações internacionais, movimentos sociais, grupos de interesse e empresas multinacionais nas análises, principalmente a partir da popularização da noção de que a política externa é uma política pública (Milani e Pinheiro 2013), sujeita à interferência e participação de atores distintos.

Neste sentido, é comum dentro do campo a concepção da política externa como pura expressão de um “interesse nacional” formulado e implementado apenas por atores inseridos na burocracia estatal, sem interferência externa. Isto se dá, principalmente, porque grande parte da literatura tradicional da sub-área parte da concepção de Estado observada nas ditas “teorias de solução de problemas”⁴ das Relações Internacionais (Cox 1981), como aquelas identificadas

3 “The study of the conduct and practice of relations between different actors, primarily states, in the international system”, no original em inglês.

4 Partimos aqui da distinção entre “teorias de solução de problemas” e “teorias críticas” proposta por Cox (1981). Para o autor, teorias críticas são todas aquelas que se pretendem a questionar e transformar um determinado *status quo* e como ele foi estabelecido, em contraponto às teorias de solução de problemas.





com os programas de pesquisa realista e do liberalismo institucional, que tendem na maioria dos casos a tratar o Estado e a sociedade como estruturas separadas e não levar em conta a existência de classes sociais e suas frações, bem como a natureza de classe do Estado.

As exceções são os trabalhos que analisam a política externa a partir de uma perspectiva crítica, voltando suas atenções para além dos atores inseridos na burocracia estatal em sentido estrito. Enquanto que cada vez mais recorrentes, ainda se constituem como minoria os estudos que analisam a incidência da ação política de grupos econômicos e frações de classe que interagem com o Estado propriamente dito e de seus respectivos interesses na política externa dos países (Van Apeldoorn 2014; Van Apeldoorn e De Graaff, 2016), e especialmente no caso brasileiro (Berringer 2015; Berringer e Ferreira, 2022; Carvalho 2020; Garcia 2012), seja tanto na análise do tempo presente quanto em perspectiva histórica. Um exemplo emblemático de trabalho que analisa a política externa brasileira considerando estes atores é a tese de doutorado de Tatiana Berringer (2015). A autora emprega conceitos inspirados por Nicos Poulantzas, como o bloco no poder e as noções de burguesia nacional, interna e compradora, para analisar a política externa brasileira nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010), apontando as alterações na correlação de forças dentro do Estado brasileiro como elementos catalisadores das mudanças na atuação internacional do país entre estes dois contextos.

Propomos aqui a utilização de uma concepção alternativa sobre o Estado, de modo a permitir uma análise mais robusta, aprofundada e crítica da incidência de forças e atores econômicos e sociais, como o empresariado industrial do setor da construção pesada — objeto deste artigo —, nos processos de formulação e implementação da política externa. Para tal, fazemos uso da concepção do Estado ampliado (ou Estado integral) presente nas obras do teórico político italiano Antonio Gramsci e de autores por ele inspirados. Esta concepção trata o Estado não como um sujeito separado da sociedade, reduzido à burocracia estatal e/ou às suas capacidades militares, como na maioria das teorias de solução de problemas, e muito menos enquanto um ator unitário e monolítico, sem contradições internas.

Por outro lado, o Estado aqui também não é percebido como um mero objeto das classes dominantes, como no marxismo tradicional — “tão somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx e Engels 2012 [1848], 27). Aqui, o Estado é concebido como uma relação social, definição presente em Gramsci e em outros autores associados ao materialismo





histórico, como Nicos Poulantzas. Este, ao caracterizar o Estado, afirma que este constitui uma “condensação material e específica de uma relação de força, que é uma relação de classe” (Poulantzas 1980, 82). Assim, a definição de políticas estatais — como a política externa — é resultado das dinâmicas sociais que ocorrem entre os grupos que compõem o Estado em seu sentido ampliado, como proposto por Gramsci.

Em seus *Cadernos do Cárcere*, Gramsci afirma que a separação entre Estado e sociedade é um “erro teórico”, e que sociedade civil e Estado “se identificam na realidade dos fatos” (Gramsci 2022 [1936], 47), e por isso, o Estado deve ser compreendido em sua totalidade, a partir da associação entre sociedade política (composta pelas instituições que regulamentam as relações entre atores sociais, ou seja, a administração pública e a burocracia estatal, incluindo a burocracia diplomática) com a sociedade civil (caracterizada pelo conjunto de organismos privados que participam da vida pública como associações privadas, partidos, imprensa, sindicatos, o sistema educacional, entre outros). Propõe-se aqui uma utilização não apenas teórica do conceito, mas também como ferramenta metodológica (Mendonça 2014), pelo seu potencial de fomentar a investigação do processo de formulação de políticas estatais — como a política externa — para além das instâncias burocráticas, além da sua utilidade na análise da representação de interesses privados.

Ainda que em seus escritos originais Gramsci não tenha sistematizado uma teoria das relações internacionais, o autor se debruça sobre a política internacional e a sua relação com o contexto político no âmbito doméstico. O autor afirma que as relações internacionais seguem logicamente as relações sociais, e “reagem passiva e ativamente sobre as relações políticas” (Gramsci 2022 [1836], 20) dentro dos Estados. Concordamos com Cox (1981) quando este, partindo do conceito gramsciano de Estado, argumenta que a unidade básica de análise do sistema internacional é o “complexo Estado-sociedade”, em contraste com as teorias de solução de problemas que partem do Estado em sentido estrito. Assim, este é considerado o elemento de análise central das relações internacionais, sem diminuição da sua importância. O que muda é o próprio conceito de Estado, que passa a incluir a sua base social, levando em conta as suas diversas dinâmicas internas, como as disputas de poder domésticas entre classes sociais e atores políticos distintos (Cox 1983).

Aqui é útil recuperar o conceito de autonomia relativa do Estado presente em Poulantzas (1980; 2019 [1968]). Para este autor, o Estado em sentido estrito





— que ainda é a última instância de decisão no processo de formulação das políticas estatais — tem a função de organizar os interesses das frações da classe dominante e, por isso, dispõe de um grau de autonomia relativo à sociedade, derivado da sua natureza de classe. Assim, ele se encontra em constante estado de transformação, de acordo com as relações entre as diferentes forças sociais nele inseridas. Desta forma, o Estado funciona como uma “arena” de disputas entre distintos atores interessados em direcionar as políticas dentro dele formuladas.

Ao adotarmos a concepção ampliada de Estado e considerando que grupos econômicos, como o empresariado e suas frações, são atores interessados na formulação da política externa e, principalmente, nas políticas de âmbito comercial, como de exportação e importação, promoção comercial, financiamentos, empréstimos, investimentos diretos, entre outras, concluímos que suas motivações, posições e preferências devem ser levadas em conta na análise do processo decisório. Ainda que estes grupos não participem diretamente do processo de tomada de decisão final (e muito menos exercem influência direta sobre os resultados deste processo, graças à autonomia relativa do Estado), eles possuem canais de transmissão de informações estabelecidos com os atores que dele participam e, assim, seus interesses e demandas podem ser considerados no processo de formulação.

Consideramos o período da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985), recorte temporal do presente artigo, um caso emblemático de uma dinâmica de Estado ampliado no sentido aqui exposto. Ao longo das duas próximas seções, observaremos como a sociedade política (representada pela burocracia diplomática estatal) e a sociedade civil (representada pelos empresários do setor da construção pesada) estabeleciam conexões, principalmente através da penetração de empresários e indivíduos a eles ligados em instâncias estatais responsáveis pela formulação da política externa durante o período.

Contexto histórico — ditadura, política externa, aproximação com países produtores de petróleo e internacionalização das empreiteiras brasileiras

O golpe de 1964 pôs termo a um breve e instável período democrático da história brasileira, dando início a um novo regime político instituído no país, de viés autocrático e feição militarizada. A derrubada do governo foi desferida





por um conjunto de forças sociais que incluiu oficiais conservadores das forças armadas e favoráveis a um estreito alinhamento do país aos Estados Unidos. Esses militares estavam associados a empresários, em particular os de grande escala, em sua maioria ligados ao capital estrangeiro e defensores da abertura da economia brasileira para a presença de empresas transnacionais e grupos econômicos internacionais. O trabalho de René Armand Dreifuss (1981) revela como essa frente empresarial-militar não agiu somente no sentido de desestabilizar o governo Jango e preparar o golpe de Estado, mas também atuou para confeccionar um projeto de redefinição do Estado capitalista e das políticas públicas visando promover um processo de modernização autoritária e excludente no capitalismo brasileiro, o que acabou sendo implementado — com certas adaptações e filtros específicos — pelos governos posteriores à derrubada do regime democrático. Dessa forma, consoante a análise de Dreifuss, a chegada ao poder pelas forças golpistas em abril de 1964 visava impor uma ordem empresarial no Brasil, forjando um ambiente propício para um processo de aceleração da acumulação de capital, com a redução dos custos com a força de trabalho e um reforço de uma inserção subalterna do Brasil nos marcos da divisão internacional do trabalho.

A inauguração do novo regime político em 1964 teve incidência sobre o Itamaraty e a política externa brasileira. O Ministério de Relações Exteriores sofreu ações repressivas com o golpe, havendo afastamento de funcionários e diplomatas, além de exoneração de agentes que cumpriam determinadas funções, apesar de não ter havido uma intervenção tão violenta como outros órgãos estatais no mesmo período (Cheibub 1985).

Não faremos uma longa digressão sobre a política externa brasileira durante a ditadura. A respeito disso, há extensa bibliografia⁵. De qualquer forma, no que diz respeito ao presente artigo, cabe destacar que após um realinhamento para um viés mais afinado com os Estados Unidos na Guerra Fria durante o governo Castello — chamado de “passo fora da cadência” por Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2014) —, a política externa brasileira retomou certos aspectos da Política Externa Independente (PEI) e passou a adotar um viés mais pragmático e menos ideológico, aproximando-se dos países periféricos, que representavam um bom mercado para as exportações industriais brasileiras e para a atuação das empresas nacionais — e as empreiteiras em particular —, dado que nesses mercados não

5 Ver, dentre outros, Vizontini 1998; Martins 1972; Martins 1975; Pereira 2010; Gonçalves e Miyamoto 1991; Gonçalves e Miyamoto 1993; Lafer 1979; Fico 2008; Fragoso 1984; Fragoso 1981; Camargo e Ocampo 1988; Cruz 2009; Silva e Svartman 2014; Saraiva 1998; Pinheiro 2000; Pinheiro 2013; Lima e Moura 1982; Hurrell 2013.





havia construtoras com alta capacidade técnica e experiência de trabalho com projetos de infraestrutura e os mercados dos países centrais estavam fechados à atuação das construtoras brasileiras. Assim, a política externa brasileira no período ao mesmo tempo foi resultado desse movimento das construtoras brasileiras junto aos países do chamado Terceiro Mundo, como, principalmente, ajudou a viabilizar a presença das empresas brasileiras de engenharia nesses mercados, sobretudo na América do Sul, África e Oriente Médio (Fragoso 1981). Dentro dessa guinada da política exterior do país, cabe ressaltar o avanço diplomático e econômico sobre os países africanos, em meio aos processos de libertação nacional ocorridos no continente. Diversas representações diplomáticas foram abertas nos países recém-libertos, bem como a chegada de empresas brasileiras e abertura de canais comerciais, muitas vezes em uma lógica Norte-Sul, ou melhor, o Brasil exportando produtos manufaturados e chegando com projetos de infraestrutura e propostas de exploração de riquezas locais (Dávila 2011).

Dentre as forças empresariais que cresceram durante a ditadura podemos destacar a posição das construtoras que atuavam no setor de infraestrutura. Alguns dirigentes dessas empresas participavam do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), que, de acordo com o trabalho de Dreifuss (1981), teve uma posição decisiva no golpe de Estado e na elaboração de projetos de políticas estatais que em boa medida ganharam forma após a tomada do poder. Esses empresários estavam associados em organizações patronais desde os anos 50 e tinham emergido em sua força econômica e política com os investimentos aplicados na área de infraestrutura durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). O ramo econômico era tinha uma preeminência de companhias baseadas no São Paulo, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. O setor era composto por empresas de controle nacional, conduzidas por engenheiros e empresários brasileiros. O principal demandante dos serviços desses grupos empresariais era próprio aparelho de Estado, que contratava essas construtoras por meio de autarquias e companhias estatais. Desde a construção da nova capital federal e de todas as rodovias e usinas hidrelétricas implementadas em meio à execução do Plano de Metas, as grandes empreiteiras brasileiras ganharam um patamar nacional, possuindo obras em diversas regiões do país. Dessa forma, essas companhias passaram a se associar, organizando-se politicamente e jogando um papel fundamental na derrubada do governo Goulart (Chaves 1985; Campos 2014).

As administrações posteriores ao golpe foram intensamente benéficas às atividades das empreiteiras de obras públicas e tiveram políticas que incorreram





no fortalecimento e expansão desses grupos econômicos. A contenção salarial e a perseguição às organizações sindicais e dos trabalhadores levaram à redução dos custos das empresas, que eram grandes empregadoras de força de trabalho. Além disso, a ditadura criou novas agências estatais, como o Banco Nacional de Habitação (BNH), fundamental para as áreas de atuação das construtoras durante a ditadura. Os orçamentos anuais durante a ditadura foram crescentemente favoráveis às empresas de construção, com dotações cada vez mais infladas em áreas como Transporte e Energia. As políticas públicas implementadas principalmente a partir do governo Costa e Silva (1967-1969) levaram à elevação das inversões em obras públicas, dando origem a um ciclo inédito de investimentos em empreendimentos de infraestrutura da história no país, proporcionando encomendas para as companhias do ramo e promovendo a ascensão dessas empresas privadas como alguns dos principais grupos econômicos do país. Se não fosse o bastante, o regime autoritário impôs uma série de medidas protecionistas direcionadas especificamente para a área de atuação das empreiteiras. Em 1969, um decreto-lei expedido pelo ditador Costa e Silva, com o parlamento em recesso imposto pelo Ato Institucional número 5, as obras públicas e projetos de engenharia desenvolvidos no país deveriam ser encomendados exclusivamente junto a empresas brasileiras, controladas por cidadãos do país. Essa proteção seletiva das empresas de engenharia fortaleceu os cartéis do segmento controlassem o maior pique de obras públicas da história do país, que teve lugar nos anos 70 (Camargos 1993).

Para além desse mecanismo de reserva do mercado nacional para as empreiteiras brasileiras, outra ação da ditadura em apoio às construtoras dizia respeito ao apoio à sua internacionalização. Desde fins dos anos 60, as empreiteiras brasileiras passam a tentar realizar obras fora do país. Após o choque do petróleo de 1973, o governo implementou um conjunto de ações de suporte às incursões das construtoras brasileiras no mercado internacional, com subsídios isenções de impostos (IRPJ — Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica, ICM — Imposto sobre Circulação de Mercadorias, IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados), além de mecanismos de financiamento (da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil — Cacex/BB). Para além desses incentivos fiscais, havia todo um suporte por parte do corpo diplomático para auxiliar na obtenção de projetos pelas empresas brasileiras de engenharia no exterior. Como resultado, até fins dos anos 80, as construtoras nacionais obtiveram um total de 73 contratos de obras no exterior. Essas obras foram realizadas por um total de 26 empreiteiras nacionais em 23 países, principalmente na América do Sul, África e Oriente Médio.





Esses empreendimentos perfaziam um total de US\$ 8,87 bilhões, em projetos cujo valor estava centrado em projetos de custo mais elevado estabelecidos em países que eram exportadores de petróleo. As construtoras brasileiras alcançaram no início da década de 1960 a condição de empresas de porte nacional e, durante a ditadura, algumas delas se cacifaram como companhias de patamar multinacional (Ferraz Filho 1981; Campos 2022).

Assim, vimos que a ditadura configurou um regime pró-empresarial e proporcionou um ambiente favorável para o impulso internacional das construtoras brasileiras. Condicionado pelo choque do petróleo e diante das oportunidades proporcionadas pelo reforço de um mercado internacional de infraestrutura e da necessidade de obtenção de divisas internacionais para fazer frente ao déficit no balanço de pagamentos, o regime desenvolveu um pacote de medidas de auxílio à atuação desses grupos econômicos no exterior. Um caso interessante de relação afinada e combinada entre Estado e empresa privada ocorreu com a atuação da empreiteira Mendes Junior na Maurîtânia, conforme veremos adiante.

A atuação da Mendes Junior na Maurîtânia:

A Mendes Junior foi a maior multinacional brasileira da construção durante o período da ditadura, além de ser uma das principais empresas nacionais da economia do país como um todo, tendo atividades no exterior nas décadas de 1970 e 1980. A companhia acumulou até o final dos anos 80 um total de mais de US\$ 3 bilhões de receita fora do território brasileiro, com mais da metade desse faturamento concentrado no Iraque, chegando a constar entre as 15 empresas de engenharia do mundo com mais obras no exterior. Assim, a edição de setembro de 1981 da revista *O Empreiteiro* noticiou que o periódico técnico norte-americano *Engineering News Record* trazia a empreiteira mineira como a 13^a em faturamento obtida fora do seu território no *ranking* das 250 empresas de engenharia mais internacionalizadas do globo (Revista O Empreiteiro 1981). Em 1981, ela esteve na 18^a posição nessa mesma lista e na 123^a posição em 1982 (Chaves 1985). Apesar de boa parte dos seus ganhos estarem concentrados no Iraque até o final da década de 1980, a empresa desenvolveu atividades em 10 diferentes países espalhados por América do Sul, África, Oriente Médio e Europa, contabilizando ao menos 20 contratos assinados fora do Brasil.





Mesmo com seu sucesso no exterior, a empresa não era a maior empreiteira brasileira no período, tendo faturamento global menor que a Camargo Corrêa na maior parte dos anos 60, 70 e 80. A companhia de Minas Gerais ascendeu com suas obras rodoviárias e, em especial, com as usinas hidrelétricas para a Cemig, a Eletrobrás e suas subsidiárias. A construtora disputava com a Camargo Corrêa o posto de principal barrageira brasileira durante a ditadura. Além disso, a firma foi bastante atuante em projetos emblemáticos do período como a Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, a hidrelétrica de Itaipu, dentre outras iniciativas (Campos 2014).

A Mendes Junior sondava a possibilidade de realização de obras no exterior já desde 1966. A empresa foi pioneira na realização de empreendimentos fora do país, iniciando seus primeiros projetos no mercado internacional no final da década de 1960. A primeira construção no exterior foi a pequena hidrelétrica de Santa Izabel, na região de Cochabamba, na Bolívia. A Mendes Junior venceu a licitação internacional concorrendo com duas empresas mexicanas, uma alemã e uma suíça (Revista O Empreiteiro 1973). A usina tinha 36 megawatts de potência e foi construída ao custo de US\$ 12 milhões, com financiamento do Banco Mundial. Sua energia deveria abastecer minas de estanho da região (Revista O Empreiteiro 1970). A usina foi inaugurada em 1973 e a revista *O Empreiteiro* fez uma reportagem especial sobre a cerimônia comemorando a finalização da obra, que contou com Murillo Mendes representando a empreiteira, além do ditador Hugo Banzer, que apontava para possibilidades de continuidade do projeto, com construção de linha de transmissão e ampliação da usina (Revista O Empreiteiro 1973).

Depois da experiência na Bolívia e de acordos frustrados com o governo argelino, a Mendes Junior conseguiu realizar um conjunto bastante expressivo de obras na Mauritânia, país muçulmano da África saariana produtor de petróleo. Brasil e Mauritânia mantinham relações diplomáticas sem nível de representação oficial. A representação brasileira no Mauritânia era cumulativa com o Senegal, em Dacar. As embaixadas de ambos os países só foram abertas durante o governo Lula, em 2008 (Brasília) e 2010 (Nouakchott). A primeira obra arrematada no país pela empreiteira foi a da estrada Nouakchott-Kiffa, ou Transmauritânia, a “rodovia da Esperança”. A via, de 600 quilômetros, cruzava boa parte do território do país, unindo a capital e maior cidade do país, a litorânea Nouakchott, à cidade de Kiffa, no meio do deserto do Saara. O projeto era orçado em US\$ 110 milhões e teve financiamento dos Fundos Árabes Unidos e da Cacex. Seu contrato





foi assinado em 1974 e as obras transcorreram entre os anos de 1975 e 1979. A revista *O Empreiteiro* assim noticiou a realização daquele trabalho:

Não satisfeita com os seus empreendimentos no País, a empresa voltou muito cedo suas atenções para os mercados da América Latina e da África, onde acaba de obter o seu maior êxito: a construção de uma estrada de 600 km nos desertos da Mauritânia, na África Ocidental, na qual terá a oportunidade de aproveitar toda a experiência que acumulou com as obras na região Amazônica. É o maior contrato até hoje conseguido por uma empresa de engenharia nacional — US\$ 825 milhões, vencendo várias concorrentes européias no preço e no prazo de execução. (Revista *O Empreiteiro* 1975, 16)

A revista associava a experiência da empreiteira nas obras na Amazônia com o empreendimento feito também em condições muito adversas no deserto africano. A publicação assinalava que a obra deveria receber US\$ 10 milhões em equipamentos nacionais, com 200 brasileiros trabalhando no projeto. A edição indicava também que o projeto foi alvo de ampla concorrência e a Mendes Junior venceu oito rivais, lançando uma proposta 30% mais barata do que a da segunda colocada. Um documento na pasta de despachos do ministro Azeredo da Silveira indica que a empreiteira mineira teria superado não oito, mas sim um total de 25 empresas pré-qualificadas para a obra (CPDOC/FGV, 1975). O empreendimento foi dividido em três trechos, todos entregues à Mendes Junior, sendo o valor global trazido na citação acima — US\$ 825 milhões — referente aos três trechos do contrato, dado que o primeiro tinha um valor de US\$ 110 milhões (Revista *O Empreiteiro* 1978). Como *O Empreiteiro* assinala, a obra constituía naquele momento o maior contrato já assinado por uma empreiteira brasileira no exterior, recorde que seria depois quebrado pela própria Mendes Junior no Iraque.

A respeito da atuação da Mendes Junior no país africano, o vice-presidente executivo da empresa, Murillo Mendes, da família controladora do grupo, chegou a enviar, no dia 14 de outubro de 1975, um memorando endereçado ao ministro chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva. No documento o empresário chamava a atenção para o interesse da sua construtora na Mauritânia e demandava ação governamental para facilitar o ingresso da empreiteira naquele mercado:

Solicito atenção de vossa excelência para um evento no qual a Mendes Junior tem interesse direto, mas do qual, dependendo presença. Atuação uma delegação brasileira, poderá também o país tirar proveito, tanto no





sentido de possíveis exportações adicionais como no estreitamento de relações com países produtores de petróleo.

Trata-se das comemorações, em 28 de novembro próximo, do décimo quinto aniversário da independência da Mauritânia. Conforme convite enviado, o governo do referido país espera que o Brasil se faça representar, naquelas comemorações, por delegação chefiada por ministro de Estado.

Comparecerão delegações semelhantes, de cerca de 40 países, muitos deles produtores de petróleo. Quase todos atuais ou potenciais compradores de bens e serviços brasileiros.

Por outro lado, como é do conhecimento de vossa excelência, a Mendes Junior, empregando duzentos brasileiros, mil mauritanianos, constrói atualmente, na Mauritânia, a estrada Nouakchott-Kiffa, com 603 quilômetros, maior obra do país.

Curso no Oeste da África. É a primeira vez que uma firma brasileira realiza, naquela região, serviço desse vulto e exportação de tecnologia tão expressiva.

Outrossim, salientamos que, em função dessa obra, já foram geradas exportações brasileiras de cerca de dez milhões de dólares em equipamentos, mais seis milhões de dólares em asfalto, mais frete.

[...] Pelas razões expostas, estamos ansiosos de o governo brasileiro aceite o convite e designe delegação altamente expressiva, a nível de ministro, o que, além de outros benefícios, viria também incentivar os brasileiros já empenhados em operações geradoras de recursos externos, a prosseguirem em seus esforços na busca de novos mercados. (CPDOC/FGV 1975a)

Esse documento, encontrado no fundo do ministro Azeredo da Silveira no arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) — para quem o ministro Golbery encaminhou o memorando —, nos parece revelador de várias questões. Em primeiro lugar, parece claro que o empresário possuía um canal direto com um ministro de Estado altamente poderoso que era o caso de Golbery do Couto e Silva, um dos principais articuladores do golpe de 1964 e da abertura política da ditadura. Em segundo lugar, parece ser evidente que a empreiteira demanda a ação estatal, alegando ganhos gerais à economia brasileira, para protegê-la e apoiá-la no exterior. Ou melhor, a empresa privada sugere uma ação de política externa aos agentes que cumprem funções oficiais no Estado brasileiro, sinalizando a possibilidade de usar um evento como mecanismo para promover os interesses brasileiros junto aos países presentes no encontro. O documento é antecedido por um despacho do ministro de Relações





Exteriores assinado pelo ditador Ernesto Geisel 14 dias antes indicando não ser necessário enviar ministro à solenidade, sugerindo enviar apenas um embaixador (CPDOC/FGV 1974).

A revista *O Empreiteiro* chegou a enviar o seu editor, Pedro Luna, ao país. Ele presenciou e relatou as dificuldades passadas no local, onde as temperaturas de dia chegavam ao pico de 50 graus e havia dificuldade para obtenção de rochas para a obra no meio do deserto (Revista *O Empreiteiro* 1975). Porém, as condições de trabalho não eram as únicas adversidades encaradas pela construtora brasileira na Mauritània. Em agosto de 1976, a revista trazia o seguinte relato em meio à realização dos serviços pela empreiteira na nação africana:

Contudo, em maio último, um comando saharoui com cerca de 200 guerrilheiros apoiados por tanques e viaturas atacou Nouakchott; o engenheiro Fernando Diniz disse que o pessoal brasileiro acompanhou a luta de perto, com projéteis cruzando o acampamento por toda a noite do dia 8, mas sem trazer prejuízos materiais. (Revista *O Empreiteiro* 1976, 6)

A Mendes Junior encarou uma disputa pelo poder no país, que resultou inclusive em um golpe de Estado. No entanto, o novo governo manteve o empreendimento e a obra não teve interrupção. De acordo com o relato de Antonio Siqueira, a empresa era muito bem vista no país, o que fez com que ela conseguisse seguidas obras naquele mercado. De acordo com o seu artigo, isso se deve ao fato de os colonizadores franceses terem realizado poucos melhoramentos no local, ao passo que a rodovia gerou uma mudança significativa de vida no país, dado que, além da via, a Mendes Junior perfurava poços para obtenção de água no caminho da estrada, garantindo o abastecimento de diversas regiões ao longo da estrada, além de ter construído escolas e hospitais, aproveitados pela população (Siqueira 1979).

A rodovia foi concluída em 1979 e entregue com 112 dias de antecedência em relação ao prazo original determinado (Mendes e Attuch 2004). Essa era uma prática corriqueira da empresa também no Brasil, onde ela alegava que recebia seguidos prêmios por entregar seus projetos antes do prazo (Revista *Exame* 1973). O êxito da empresa mineira foi tal que, nos anos seguintes, a empreiteira assinou mais quatro contratos no país: em 1978, acertou a construção do aeroporto de Nema, em obra de US\$ 9,6 milhões, financiada por bancos privados alemães; em 1979, garantiu a construção da rodovia Butilinit-Kiffa, no valor de US\$ 8,5 milhões e financiada pelos Fundos Árabes Unidos; em 1981, foi contratada para





construir o segundo trecho da rodovia da Esperança, com 486 km e custo de US\$ 130 milhões; e, por fim, em 1984, assinou contrato para a realização da estrada Timbra-Nema, de 106 km, e valor de US\$ 33 milhões (Revista O Empreiteiro 1983). No total, a empreiteira realizou cinco obras no país, contabilizando quase US\$ 300 milhões em serviços realizados na Mauritânia nas décadas de 1970 e 1980.

A realização desses trabalhos foi garantida e viabilizada por um entendimento bilateral entre os dois países. Assim, a construção da primeira dessas obras, a Transmauritânia, foi respaldada por protocolo comercial assinado pelos dois governos em 10 de março de 1976, que previa a presença das empresas brasileiras de engenharia no país africano (Fragoso 1984). Dessa forma, o governo Geisel dava apoio à atuação da empresa no país, fornecendo inclusive recursos da Cacex para um dos projetos realizados pela Mendes Junior na Mauritânia.

Vimos nesta seção do artigo como se deu o processo de internacionalização da empreiteira Mendes Junior e sua atuação na Mauritânia. Verificamos o intenso apoio conferido pelo Estado brasileiro às atividades da construtora brasileira no país e a próxima relação entre os agentes do grupo econômico com figuras de primeiro escalão do governo Geisel. A partir dessas evidências, podemos estabelecer certas conclusões.

Conclusão

Vimos ao longo deste artigo como se deu o processo de projeção internacional das empresas brasileiras de engenharia desde o final da década de 1960, movimento que ganhou fôlego nos anos 70 com os programas de modernização da infraestrutura dos países produtores de petróleo após o choque de 1973 e com as políticas estatais favoráveis inauguradas pelo Estado brasileiro em meados da década de 70. No caso da internacionalização da construtora Mendes Junior na Mauritânia, vimos o apoio do governo brasileiro na forma de financiamento, suporte estatal e diplomático às atividades da empreiteira. A proximidade e interlocução íntima entre agentes da construtora e figuras com cargos em postos estatais chegava ao ponto de um empresário escrever para o ministro solicitando atuação do Estado brasileiro em uma atividade comemorativa realizada no país africano e que poderia proporcionar negócios e oportunidades para a construtora e outros grupos econômicos nacionais.





Assim, as evidências trazidas no presente artigo reforçam as leituras a respeito do caráter classista e pró-empresarial do Estado e das políticas públicas assumidas após o golpe de 1964. Além de todo apoio no mercado doméstico — com ações como a reserva de mercado, a ampliação dos investimentos em projetos de infraestrutura, a repressão aos sindicatos e o congelamento dos salários dos trabalhadores — a ditadura apoiava a internacionalização das empresas brasileiras através de pacotes de isenção fiscal, financiamento, apoio estatal e diplomático para o estabelecimento de contratos por parte das construtoras nacionais no exterior. Apesar de concluir apontando o caráter classista e pró-empresarial das políticas estatais e mesmo da política externa naquele período, é preciso chamar a atenção de que as políticas aplicadas no período não devem ser lidas exclusivamente como uma expressão dos interesses do empresariado, de uma forma mecânica e direta. As ações de apoio à transnacionalização das empreiteiras no período constituíam prática corrente no mercado internacional e convergiam com as diretrizes estatais de aumento das exportações de serviços e diminuição do déficit público causado pelo choque internacional do petróleo de 1973. O outro extremo também não parece adequado, ou melhor, a compreensão das políticas públicas como representação do planejamento e da elaboração de agentes estatais e burocráticos desimplicados de interesses econômicos e alheios às demandas e objetivos dos empresários. Assim, o presente episódio analisado parece constituir um bom exemplo a partir do qual se pode avançar na reflexão acerca da complexidade da relação entre interesses empresariais, Estado e política externa, fugindo dos extremos da leitura da política exterior como simples manifestação dos interesses econômicos de agentes privados e também da leitura da ação internacional de um Estado como fruto exclusivo das ideias, dos valores e dos objetivos de um pretenso e suspostamente homogêneo “interesse nacional”. Sendo assim, conceitos como o de “autonomia relativa do Estado” (Poulantzas 1980 [1978]) parecem ajudar no incremento dessa reflexão de uma via do meio afastado desses dois extremos.





Referências

- Alden, Chris; Aran, Amnon. 2017. *Foreign Policy Analysis: new approaches*. London; New York: Routledge.
- Berringer, Tatiana. 2015. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris.
- Berringer, Tatiana; Ferreira, Mariana Davi. 2022. 'Power Blocs and Regional Organizations in Latin America: A Poulantzian Perspective'. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 65, n. 1 (2022).
- Camargo, Sônia de; Ocampo, José Vásquez. 1988. *Autoritarismo e Democracia na Argentina e no Brasil: uma década de política exterior (1973-1984)*. São Paulo: Convívio.
- Camargos, Regina Coeli Moreira. 1993. *Estado e Empreiteiros no Brasil: uma análise setorial*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: Unicamp.
- Campos, Pedro Henrique Pedreira. 2014. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff.
- Campos, Pedro Henrique Pedreira. 2022. *O Voo do Ícaro: a internacionalização das construtoras brasileiras durante a ditadura empresarial-militar (1968-1988)*. Jundiaí/SP: Paco.
- Carvalho, Julio Cesar Pereira de. 2020. 'A ampliação de interesses empresariais pela política externa brasileira: um estudo sobre a Petrobras no Iraque durante a ditadura civil-militar'. *Revista de Economia Política e História Econômica*. Vol. 43 (2020): 119-136.
- Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo 2014. *História da Política Exterior do Brasil*. 4^a ed. Brasília: EdUnB, 2014.
- Chaves, Marilena. 1985. *A Indústria de Construção no Brasil: desenvolvimento, estrutura e dinâmica*. Dissertação de mestrado em Economia Industrial. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Cheibub, Zairo. 1985. *Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica*. *Dados: revista de ciências sociais*. Rio de Janeiro: vol. 28, nº 1, 1985, p. 113-131.
- Cox, Robert W. 1981. 'Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory'. *Millenium*. Vol. 10, n. 2 (1981): 126-155.
- Cox, Robert W. 1983. 'Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method'. *Millenium*. Vol. 12, n. 2 (1983): 162-175.
- CPDOC/FGV. 1974. *Arquivo Ernesto Geisel. Informação ao Presidente da República "XV Aniversário de Independência da Mauritània. Convite a uma Delegação brasileira."*, 1º de outubro de 1975. Pasta EG pr 1974.03.00/2, p. 713.





- CPDOC/FGV. 1975. Arquivo Ernesto Geisel. Informação ao Presidente da República “Construtora Mendes Junior. Concorrência.”, 3 de abril de 1975. Pasta EG pr 1974.03.00/2, p. 495.
- CPDOC/FGV. 1975a. Arquivo Azeredo da Silveira. Telegrama enviado ao ministro-chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, por Murillo Mendes, vice-presidente executivo da Construtora Mendes Junior S/A, datado de 14 de outubro de 1975. Pasta AAS mre rb 1974.08.19.
- Cruz, Eduardo Lucas de Vasconcelos. 2009. *A Política Externa Brasileira no Período 1964-1979: o papel do Itamaraty, das forças armadas e do Ministério da Fazenda*. Dissertação de mestrado em História. Franca: Unesp.
- Dávila, Jerry. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- Dreifuss, René Armand. 1981. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes.
- Ferraz Filho, Galeno Tinoco. 1981. *A Transnacionalização da Grande Engenharia Brasileira*. Dissertação de mestrado em Economia. Campinas: PPGE/Unicamp.
- Fico, Carlos. 2008. *O Grande Irmão: a operação Brother Sam e os anos de Chumbo; o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fragoso, João Luiz Ribeiro. 1984. Notas sobre a política externa brasileira nos anos 50-70. *Estudos Afro-asiáticos*. No 10. Rio de Janeiro: CEAA-UCAM, 1984. p. 5-29.
- Fragoso, João Luiz Ribeiro. 1981. As reformulações na política externa brasileira nos anos 70. *Estudos Afro-asiáticos*. Nº 5. Rio de Janeiro: CEAA-UCAM, 1981. p. 41-53.
- Garcia, Ana Elisa Saggiore. 2012. *A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo*. Tese de doutorado em Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Gonçalves, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. 1991. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. Primeira Versão. Nº 36. Campinas: IFCH/Unicamp, p. 1-62;
- Gonçalves, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. 1993. Os militares na política externa brasileira. *Estudos Históricos*. Vol. 6, no 12. Rio de Janeiro: FGV, p. 211-46.
- Gramsci, Antonio. 2022. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política — 11ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022 [1936].
- Hurrell, Andrew James. 2013. *The Quest for Autonomy: the Evolution of Brazil’s Role in the International System, 1964-1985*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.
- Lafer, Celso. 1979. Política exterior brasileira: balanços e perspectivas. *Dados: revista do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro*. Nº 22. Rio de Janeiro: Iuperj, p. 49-64.





- Lima, Maria Regina Soares de; Moura, Gerson. 1982. A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 3, p. 349-363.
- Martins, Carlos Estevam. 1972. Brasil-Estados Unidos: dos 60 aos 70. *Cadernos Cebrap*. Nº 9. São Paulo: Cebrap, p. 1-48.
- Martins, Carlos Estevam. 1975. A evolução da política externa na década 1964/1974. *Estudos Cebrap*. Nº 12, abr/jun 1975. Rio de Janeiro, p. 53-98.
- Marx, Karl; Engels, Friedrich. 2012. Manifesto do Partido Comunista. Porto Alegre: L&PM, 2012 [1848].
- Mendes, Murillo Valle; Attuch, Leonardo. 2004. Quebra de Contrato: o pesadelo dos brasileiros. Belo Horizonte: Del Rey.
- Mendonça, Sonia Regina de. 2014. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. *Marx e o Marxismo*. Vol. 2, n. 2 (2014): 27-43.
- Milani, Carlos R. S.; Pinheiro, Letícia. 2013. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública. *Contexto Internacional*. Vol. 35, n. 1 (2013): 11-41.
- Pereira, Analúcia Danilevicz. 2010. Relações Exteriores do Brasil (1964-1990): do Regime Militar à “Nova República”. Coleção Relações Internacionais. Petrópolis: Vozes.
- Pinheiro, Letícia. 2013. Foreign policy decision-making under the Geisel Government: the President, the military and the foreign Ministry. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Pinheiro, Letícia. 2000. Unidades de Decisão e Processo de Formulação de Política Externa Durante o Regime Militar. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. (org). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990), volume IV: Prioridades, atores e políticas*. São Paulo: Annablume/NUPRI.
- Poulantzas, Nicos. 1980. Estado, o Poder e o Socialismo. Rio de Janeiro: Graal.
- Poulantzas, Nicos. 2019. Poder político e classes sociais. Campinas: EdUnicamp, [1968].
- Revista O Empreiteiro. 1970. Edição de maio de 1970, nº 28.
- Revista O Empreiteiro. 1973. Edição de outubro de 1973, nº 69.
- Revista O Empreiteiro. 1975. Edição de outubro de 1975, nº 93.
- Revista O Empreiteiro. 1976. Edição de agosto de 1976, nº 103.
- Revista O Empreiteiro. 1978. Edição de junho de 1978, nº 125.
- Revista O Empreiteiro. 1981. Edição de setembro de 1981, nº 165.
- Revista O Empreiteiro. 1983. Edição de dezembro de 1983, nº 193.
- Revista Exame. 1973. Edição de julho de 1973. Matéria: “Os passos de um grande empreiteiro”, p. 21-30.





- Saraiva, Miriam Gomes. 1998. Política externa, política interna e estratégia de desenvolvimento: o projeto de Brasil potência emergente (1974 a 1979). *Sociedade em Debate*. Vol. 4, n. 1, p. 19-38, 1998.
- Silva, André Luiz Reis da; Svartman, Eduardo Munhoz (org.). 2014. *Política Externa Brasileira durante o Regime Militar (1964-1985)*. Curitiba: Juruá.
- Siqueira, Antonio Carlos Barroso. 1979. A exportação de serviços de engenharia e o marketing internacional. *Revista de Administração IA-USP*. São Paulo, v. 13, n. 3, p. 5-26, jul./set. 1979.
- Van Apeldoorn, Bastian. 2014. 'Geopolitical Strategy and Class Hegemony: Towards a Historical Materialist Foreign Policy Analysis'. *Spectrum Journal of Global Studies* 6, n. 1 (2014): 1-20.
- Van Apeldoorn, Bastian; De Graaff, Naná. 2016. *American Grand Strategy and Corporate Elite Networks: the open door since the end of the Cold War*. New York: Routledge.
- Vizentini, Paulo Gilberto Fagundes. 1998. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro*. Porto Alegre: EdUFRGS.

